

EXPRESSO SINDICAL

ANO 06 | EDIÇÃO 01 | ABRIL 2023

WWW.ACPMS.COM.BR

GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO

26 DE ABRIL
DE 2023

Em defesa do cumprimento do Piso do Magistério

24^a
Semana
Nacional
em Defesa
e Promoção
da Educação
Pública

De 24 a 28 de abril



ACP
SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952

PISO 20H DO MAGISTÉRIO

Nossa defesa é por valorização!

Aprovada em 2008, a lei federal n. 11.738/2008, do piso nacional do magistério, esbarra nas dificuldades das gestões de poderes executivos estaduais e municipais para ter seu cumprimento na íntegra.

A organização e luta dos professores/as em nossa cidade tem sido pioneira e protagonista na implementação de uma política de valorização. Para isso, a categoria, representada pela ACP, FETEMS e CNTE, travou uma luta histórica, pautando, principalmente, o financiamento público da educação para que possamos avançar. Assim, defendemos:

- A criação e consolidação do FUNDEB permanente.
- Posicionamento forte e presente contra a Emenda Constitucional 95 (Teto de gastos), que congela investimentos públicos em educação.
- Derrubada da Reforma Administrativa, que sucatearia ainda mais os serviços públicos, acabando com a estabilidade e destruindo as carreiras públicas.

Essas foram lutas essenciais, entre outras que cotidianamente enfrentamos para conter as ameaças à valorização do magistério e de profissionais da educação.

Em nossa caminhada, conquistamos políticas de financiamento que garantem recursos públicos para a valorização da Educação Pública. Tais avanços estão corroborados nos números apresentados no próprio orçamento de Campo Grande-MS, que tem para o ano de 2023 uma previsão de aproximadamente R\$ 5 bilhões, com o montante em recursos para a educação chegando a R\$ 1,4 bilhões. Ou seja, a luta sindical construiu e sabe de onde vem o custeio de nossa valorização!

Mesmo com esse cenário de luta, nosso município, que já foi destaque nacional tanto na valorização profissional quanto na qualidade da educação, atualmente amarga anos de perdas e desvalorização em todas as frentes. Isso precisa parar! Na luta, vamos fazer da EDUCAÇÃO PÚBLICA o que profissio-



nais da educação, estudantes e toda a sociedade merecem: valorizada, segura, democrática, forte e para todas e todos!

Em 2023, a ACP tem insistido no diálogo com a Prefeitura de Campo Grande. Nossa data base está chegando - mês de maio. Iremos, com muita união e força, exigir o cumprimento do piso e a valorização da categoria. Dia 26 de

abril a educação pública vai parar, em uma grande greve nacional em defesa de nossas pautas, entre elas o cumprimento da lei do piso.

PREFEITA ADRIANE LOPES, cumpra com a lei do piso da Educação Pública!

Gilvano Kunzler Bronzoni
Presidente da ACP

24ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realiza, de 24 a 28 de abril, a 24ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que terá como tema "Soberania se faz com educação pública e participação social". A ideia é aproveitar o espaço para denunciar o descaso e o sucateamento da educação pública.

Ao longo da semana, serão transmitidas lives a partir da página da CNTE no Facebook. Está programada para o primeiro dia (24) a entrega de um Abaixo-Assinado ao Ministério da Educação (MEC), pela revogação do NEM e a deflagração, no dia 26, de Greve Nacional da categoria, pela aplicação do reajuste do piso salarial inicial e na carreira, a profissionais da educação, assim como pela revogação da reforma.

Durante a semana, um debate entre trabalhadoras/es da educação discute, entre outros

temas, as contradições do "projeto educacional" em vigor; a recomposição do FNE (Fórum Nacional de Educação) e os novos desafios; financiamento e valorização do Piso e da Carreira da Educação; revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM); o novo PNE; o SNE e a soberania do povo brasileiro.

Por uma educação pública de qualidade e que promova democracia, direito inegociável

A 24ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública terá um caráter mobilizador e será um espaço de denúncia, principalmente voltado a mostrar as falhas, os gargalos e retrocessos impostos pela reforma do Ensino Médio, implementada pelo governo Michel Temer (MDB) por meio da Lei 13.415/2017.

O calendário de lutas da CNTE em defesa da educação

pública, gratuita, laica, democrática, desmilitarizada, de qualidade social e para todos/as inclui, além desta Semana de Educação - com Greve Nacional no dia 26 de abril - também a Marcha Nacional da Educação, em 5 de outubro, em Brasília, pela revogação da reforma do ensino médio e pela valorização dos/as profissionais da educação com piso e diretrizes nacionais de carreira, além de cumprimento do atual piso do magistério regido pela Lei 11.738.

Veja os temas destacados entre as pautas de luta da 24ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública da CNTE.

- **REVOGAÇÃO JÁ** da antirreforma do Ensino Médio e da BNCC para restabelecer o direito à educação para todos/as!

- A recomposição do Fórum Nacional de Educação - FNE e os novos desafios da educação

brasileira.

- Os desafios do financiamento para a qualidade da educação pública e a valorização de seus profissionais

- Cumprimento do Piso Salarial Profissional do Magistério.

- Gestão democrática e segurança alimentar nas escolas.

A democracia, o novo PNE, o SNE e a soberania do povo brasileiro.

Fonte: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)

Acesse o livreto com todo o material teórico da 24ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública



REVOGA NOVO ENSINO MÉDIO

Um novo Ensino Médio é necessário, mas com efetiva participação popular e com educação de qualidade referenciada



Por Danilo Meira Leite do Prado*

A presente reforma do Novo Ensino Médio (NEM) é um projeto de dominação empresarial e financeira. Nessa conjuntura de avanço da ideologia neoliberal e no contexto do governo de Michel Miguel Elias Temer (2016-2018), foi condicionada uma restauração conservadora na educação pública brasileira, sem o diálogo necessário com estudantes, professorado, entidades de classe, representantes de fóruns e demais especialistas do campo da educação (GONÇALVES, 2017; MOLL, 2017; CASIMIRO, 2018).

Sobre a conjuntura política de elaboração e aprovação da reforma via Medida Provisória 746/2016, podemos destacar que ela foi idealizada pelo governo Temer com o intuito de dar continuidade a um projeto de manutenção de poder das elites. Além disso, essa r(d)eforma se inseriu em um contexto de congelamentos de gastos públicos do Estado brasileiro, encaminhamentos das reformas trabalhista e previdenciária e uma fragilidade democrática advinda de um golpe contra uma presidenta democraticamente eleita.

A classe dominante sempre se manteve com poder no Brasil, ainda que levemos em consideração os mandatos de governos tidos como progressistas, com avanços relevantes

em políticas públicas e com fomento ao amadurecimento da democracia. Esses detentores do capital econômico, ao vislumbrar uma oportunidade de avanço sobre a educação, ocupam, por meio de um relevante lobby de institutos privados dentro do governo, espaços onde deveria haver diálogo e transformação e não reprodução, imposição de uma reforma ordenada sem diálogo, que ignora a realidade escolar do país e os debates realizados anteriormente pela classe de trabalhadores da educação, muito lembrando nesse discurso disfarçado de mudança/futuro, um passado de alijamento e opressões.

Nessa perspectiva, é notória a comparação com um dos períodos mais cruéis da história brasileira, a saber, a ditadura civil-militar (1964-1985), por conseguinte, o retrocesso em matéria de políticas sociais e humanas para a população em condições econômicas mais pauperizadas. Desse modo, urge destacar que as mudanças na educação básica brasileira - sobretudo na etapa do ensino médio - alteram a estrutura do currículo no que tange a carga horária, planejamento e na vida de milhares de estudantes e docentes e serve de palco para disputas ideológicas e propostas antagônicas e esvaziadas de educação.

Esse NEM vai de encontro a documentos normativos e

orientativos educacionais e ignora a diversidade ocasionada na obrigatoriedade e universalização da educação básica para crianças e adolescentes dos quatro aos dezessete anos de idade, em específico à oferta da etapa do ensino médio oportuno à Lei nº 12.796/2013. Assim, no contexto de um governo de características neoliberais de terceira via (FERRETI; SILVA, 2017) transfigura-se insignificante a preocupação com a coesão social dos educandos, não dispondo de espaço para uma educação crítica e transformadora.

Nesse sentido, tem-se nessa proposta de novo ensino médio a produtividade da juventude como uma concepção de aprendizagem, na qual se privilegia a formação para o trabalho. Assim, reforça-se “[...] a precariedade do empreendedorismo dos pobres” e o “desprezo pela formação especializada” (CATINI, 2023, s/p).

Conforme exposto brevemente, uma melhoria e atualização da educação para o século XXI precisa estar acompanhada do diálogo com a base, com professores, estudantes e pesquisadores, levando em consideração o caráter social e transformador da educação, o qual vise ao ensino e à aprendizagem de conhecimentos historicamente acumulados. Portanto, é preciso escutar e debater de forma colaborativa junto aos principais interessa-

dos já elencados e, igualmente, com efetiva elaboração de políticas públicas educacionais em um projeto de Estado que vise a valores democráticos, e que fomente qualidade de fato referenciada.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete. *Reforma do Ensino Médio. O que querem os golpistas. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.11, n.20, p.11-17, jan/jun. 2017.*

CASIMIRO, Flávio. *A Nova Direita: Aparentes de Ação Política e Ideológica no Brasil Contemporâneo. Editora Expressão Popular, São Paulo, 1ª edição, 2018.*

CATINI, Carolina. *A reforma do ensino médio e a nova geração de negócios. BLOG DA BOITEMPO, São Paulo, 21 mar. 2023.*

FRASER, Nancy. *O neoliberalismo não se legitima mais. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/> Último acesso em 07.abr.2020.*

GONÇALVES, Suzane. *Interesses mercadológicos e o "novo" ensino médio. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.11, n.20, p.131-145, jan/jun. 2017.*

MOLL, Jaqueline. *Reformar para retardar: a lógica da mudança no EM. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.11, n.20, p.61-74, jan/jun. 2017.*

*Danilo Meira Leite do Prado é Secretário de Formação Sindical da ACP. Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Coordenação, Supervisão e Direção Escolar (Fatece). Mestre em Educação / UEMS.

Violência nas escolas e saúde de profissionais da educação

Um olhar sindical

Por Josefa dos Santos Silva*

Para muitos, o problema da violência nas escolas é uma questão de indisciplina escolar; para outros, é algo que vem da família e do espaço em que cada pessoa vive, trabalha, reside ou convive.

No entanto, sabe-se que a violência nas escolas pode ser influenciada por diversos fatores, desde vida social, problemas familiares, questões econômicas ou psicológicas, etc.

Há também a relação professor-aluno que, às vezes, pode gerar conflitos no espaço escolar, que por sua vez conduz à violência na escola.

Entretanto, muitas atitudes de violência são frutos de conflitos entre estudantes, em que os professores acabam intervindo, mas os alunos não compreendem tal intervenção como uma ação educativa, partindo para a agressão contra colegas de sala, professores e gestores.

Além disso, precisamos conhecer a realidade das escolas públicas, que nos últimos seis anos foram esquecidas pelo poder público federal e onde há ausência de recursos por parte dos poderes executivos estadual e municipal, para fazer as devidas ade-

quações, reformas e construções necessárias para dar condições a crianças e adolescentes estarem num espaço digno de ensino e aprendizagem.

Os/as professores/as, ao adentrarem espaços sem condições mínimas de ventilação, iluminação e de circulação para fazer o atendimento individualizado, como farão o trabalho diferenciado, que permita a interação dos estudantes e o desenvolvimento de atividades que promovam aprendizagem a partir de uma prática mais dinâmica?

Como pensar na violência nos espaços escolares, numa rede de ensino que nega direitos funcionais aos seus profissionais, como as progressões e promoções de carreira?

Tudo isso acaba gerando a violência e, conseqüentemente, o adoecimento de profissionais da educação que, diante de toda realidade política, econômica e social, absorvem no espaço da escola essa diversidade de problemas, o que culmina em dificuldades pessoais, acarretando a fragilidade na saúde, em face do sentimento de incapacidade e de desvalorização percebida pelo servidor público.

Ressaltamos que a educação tem a capacidade de debater e resolver seus problemas, entre eles o da violência. Porém, é necessário pontuar as responsabilidades do Poder Público neste cenário de desafios permanentes pelos quais passa a educação pública no Brasil.

1 - Que o poder público cuide de resolver a questão das drogas que está do lado de fora da escola;

2 - Que o poder público cuide das políticas de assistência social nos espaços adequados;

3 - Que os programas de esporte e lazer estejam nas comunidades e que nossa sociedade possa se sentir protegida, acolhida e atendida pelas políticas públicas e, com isso, a educação fará a sua função de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem para a construção de sujeitos ativos e com uma cultura de paz.

Portanto, vamos pensar na violência, mas sem perder de vista as condições de trabalho dos profissionais da educação e sua valorização, com respeito ao reajuste anual, à política salarial construída com o poder público, às escolas suficientes para toda sociedade sem necessidade de superlotar as salas de aula para

atender a determinações do Ministério Público ou de outros órgãos.

A ACP tem feito a defesa dos profissionais da educação, mas dependemos do compromisso de cada gestor e gestora que está à frente das secretarias e do Poder Executivo.

Nesse sentido, faremos uma pesquisa para tentar coletar dados e informações para, de fato, termos um diagnóstico da realidade e com isso cobrar ações efetivas do poder público para que a questão da violência, mas que busque a raiz do problema e com isso valorize, de uma vez por todas, os profissionais de educação que muitas vezes estão comprando materiais do próprio bolso para produzir o seu material e conduzir um trabalho de ensino que seja mais atraente e capaz de desenvolver a aprendizagem dos estudantes.

**Josefa dos Santos Silva é vice-presidenta da ACP, graduada em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente e em Pedagogia pela UFMS, mestranda em Educação pela UEMS de Campo Grande. Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e da Rede Municipal de Campo Grande.*

